



<http://www.ufrgs.br/limc>

Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias

Alex Fernando Teixeira Primo¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

alex.primo@terra.com.br

Marcelo Träsel²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

marcelo.trasel@gmail.com

Resumo: *Este artigo traz um estudo sobre a escrita coletiva de notícias, as condições sociais e tecnológicas que viabilizaram a emergência do webjornalismo participativo, além das contribuições e riscos trazidos por esse fenômeno. Discute-se também os processos de gatekeeping e gatewatching e as diferentes formas de participação na escrita e edição de notícias a partir da análise de diferentes exemplares de noticiários produzidos por cidadãos-repórter.*

Palavras-chave: *Webjornalismo participativo; escrita coletiva; interação mediada por computador*

Abstract: *This article presents a study about the collective writing of news, the social conditions which fostered the emergence of participatory webjournalism, and the risks and benefits brought up by this phenomenon. The processes of gatekeeping and gatewatching are also discussed, as well as the various forms of participation in the writing and editing of news, through an analysis of different news sites produced by citizen-reporters.*

Keywords: *Participatory webjournalism; collective writing; computer mediated interaction*

¹ Professor de Comunicação Social (Fabico/PPGCOM//UFRGS), Doutor em Informática na Educação (PGIE/UFRGS), Mestre em Jornalismo pela Ball State University; Coordenador do Laboratório do Núcleo de Pesquisa em Informação e Novas Tecnologias (PPGCOM/UFRGS).

² Professor de Comunicação Social (Fabico/PPGCOM//UFRGS), Doutor em Informática na Educação (PGIE/UFRGS), Mestre em Jornalismo pela Ball State University; Coordenador do Laboratório do Núcleo de Pesquisa em Informação e Novas Tecnologias (PPGCOM/UFRGS).



Ao fazer citações deste artigo, utilize esta referência bibliográfica:

PRIMO, Alex ; TRÄSEL, Marcelo Ruschel . Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias. *Contracampo* (UFF), v. 14, p. 37-56, 2006.

Na nova era das comunicações digitais, com múltiplas direções, o público pode tornar-se parte integral do processo [de produção de notícias] — e começa a tornar-se evidente que tem de o ser (Gillmor, 2005, p. 118)

1. Introdução

Após dez anos de webjornalismo³, e apesar de tratar-se de fenômeno ainda recente, a reflexão sobre a matéria já demanda atualizações em virtude do novo cenário tecnológico. Pode-se inclusive arriscar dizer que o webjornalismo não é mais o mesmo. As polarizações entre emissor/receptor e autor/leitor estão mais uma vez em xeque. Mas estaria agora ameaçada a própria separação entre jornalista e leitor?

Durante os primeiros tempos do hipertexto digital, Landow (1997) já apontava que a fronteira entre autor e leitor estava borrada. Por outro lado, os primeiros periódicos a aparecerem na Web mantinham bem demarcada a barreira entre a redação/edição de notícias e os internautas. O modelo transmissionista (emissor→mensagem→canal→receptor), que parecia para alguns ser o modelo natural da comunicação de massa, ganha nova maquiagem. O fluxo jornalista→notícia→jornal→leitor, por exemplo, renova-se em jornalista→notícia→site→“usuário”, mas ainda mantém a lógica distribucionista anterior. É verdade, porém, que escrita e leitura tornam-se hipertextuais, o que em si já altera o processo interativo. Conforme Landow, a leitura no hipertexto demanda que o internauta assuma uma postura ativa na seleção dos links que apontam para diferentes lexias na estrutura hipertextual, o que o converteria necessariamente em co-autor. Diante dessa afirmativa, poder-se-ia dizer que qualquer pessoa que acessa um jornal online assume a co-autoria da notícia ou se torna co-editor daquele periódico digital? E o que dizer da máxima do jornalista coreano Oh Yeon Ho, que ao fundar o OhmyNews decreta que “todo cidadão é um repórter”?

A abertura de sites noticiosos à construção participativa de notícias e ao seu debate levanta novas questões não apenas sobre o webjornalismo, mas também exige renovados debates em torno do sistema produtivo e dos próprios ideais jornalísticos. Este artigo pretende discutir que atualizações a aplicação das tecnologias de cooperação ao webjornalismo oferece à produção, edição, leitura e debate de notícias. No entanto,

³ Mielniczuk (2003), após fazer um apanhado das classificações mais correntes para o jornalismo praticado no ciberespaço, adota o conceito “webjornalismo” para designar aquelas publicações veiculadas na World Wide Web. A expressão é mais específica do que jornalismo online, aquele desenvolvido utilizando tecnologias de transmissão de dados em rede e em tempo real.

busca-se escapar dos tentadores postulados de tipo “tudo ou nada”, que partem, muitas vezes, de visões mitificadas

A tentação dos arautos messiânicos que inspiram tantos debates sobre a cibercultura é de, após postular a morte do autor, anunciar a do jornalista. Ou que o próprio jornalismo deixou de existir. Deixando de lado tais slogans afoitos, é preciso reconhecer que tanto a teoria da comunicação quanto as reflexões sobre o fazer jornalístico e seu impacto social encontram novos elementos que desequilibram os mais sólidos paradigmas. Já no córner oposto deste embate, encontram-se alguns que, mesmo tendo defendido em décadas passadas a democratização dos meios de comunicação, hoje se dedicam principalmente à defesa da demarcação do espaço profissional. O debate sobre a inserção do comunicador na sociedade e seu mercado de trabalho é mais do que legítimo, mas tal postura não pode ofuscar a reflexão sobre o impacto social que as formas mais abertas de webjornalismo hoje oferecem. Tanto o radicalismo otimista, que vê nas tecnologias digitais de cooperação a garantia de uma pseudo-democracia universal, quanto o extremismo corporativista, que enxerga nos noticiários participativos uma ameaça à profissão ou aos cursos de jornalismo, revelam suas limitações e baixo poder heurístico.

Todavia, sob pena de conduzir no vácuo esta discussão sobre webjornalismo participativo, é preciso antes levantar quais são as condições que favorecem seu desenvolvimento. Mesmo que não seja possível esgotá-las, aponta-se aqui algumas delas, que serão discutidas a seguir: maior acesso à Internet e interfaces simplificadas para publicação e cooperação online; popularização e miniaturização de câmeras digitais e celulares; a “filosofia *hacker*” como espírito de época; insatisfação com os veículos jornalísticos e a herança da imprensa alternativa.

Enquanto fenômeno midiático, o jornalismo mantém íntima relação com os canais tecnológicos, seus potenciais e limitações. Como processo complexo, a alteração do canal repercute de forma sistêmica sobre o processo comunicacional como um todo. A produção e leitura de textos em jornal impresso e online se transforma em virtude dos condicionamentos do meio. Isso não é o mesmo que defender algum tipo de determinismo tecnológico (perspectiva que se desvincula de outros condicionamentos sociais, políticos, culturais, etc.), nem adotar impunemente a máxima macluhaniana de que o meio é a mensagem. Mas aceitar que o meio **também** é mensagem. Se a relação entre homem e técnica é recursiva, o processo comunicacional (ou mais especificamente o jornalístico) demanda rearticulações a partir das estruturas tecnológicas em jogo.

No jornalismo mediado por televisão, rádio ou jornal, a inata contradição entre produção e recepção é de difícil ultrapassagem. O sistema produtivo de características industriais, que se aperfeiçoa em torno desses canais, delimita papéis bem definidos, tanto na divisão do trabalho quanto na separação entre quem lê (escuta ou assiste) e quem escreve ou fala. É bem verdade que diferentes vozes atravessam qualquer texto jornalístico. Pode-se acrescentar que qualquer noticiário inclui sempre, em alguma medida, a participação de seu público. Antes do e-mail, essa participação já ocorria através de cartas e ligações, por exemplo, na forma de sugestões de pauta ou mesmo para alguma seção do tipo “cartas do leitor”. Porém, a filtragem daquelas cartas, o pequeno

espaço disponível para sua publicação e a necessidade de utilização de outro meio para envio (não se pode responder através da televisão) acabam por desestimular uma maior participação.

Por outro lado, as tecnologias digitais têm servido como motivador para uma maior interferência popular no processo noticioso. Tal processo tem como fator inicial a ampliação das formas de acesso à Internet: a queda progressiva do custo de computadores e de conexão; a multiplicação de serviços e pontos de acesso gratuito (como em telecentros, ONGs e outras instituições comunitárias), cibercafés e pontos de conexão sem fio (Wi-Fi). Além disso, blogs (incluindo fotologs e moblogs⁴), wikis⁵ e as tecnologias que simplificam a publicação e cooperação na rede favorecem a integração de qualquer interagente⁶ no processo de redação, circulação e debate de notícias. Esses processos serão discutidos e ilustrados no item 4.

Outro fator que motiva o desenvolvimento do webjornalismo participativo é a vulgarização de máquinas de fotografia digital e celulares que podem captar fotos ou vídeos e enviar mensagens multimídia. Essas tecnologias de comunicação móvel facilitam o registro e divulgação de fatos no momento em que eles ocorrem. As empresas jornalísticas passaram a contar com a pulverização de fontes de imagens e informações, mesmo onde não haja qualquer jornalista ou repórter-fotográfico. E não faltam ilustrações sobre os processos distribuídos e capilarizados que subsidiaram a ampliação da cobertura de grandes notícias: o ataque às torres gêmeas, em 11 de setembro de 2001; o tsunami no sudeste asiático, em dezembro de 2004; as explosões no metrô de Londres, em julho de 2005⁷.

Além da dimensão tecnológica, é preciso também apontar os discursos em defesa da livre circulação de informações como outro fator que inspira e justifica a emergência de experiências com jornalismo participativo. Esse espírito de época, fomentado principalmente pela “filosofia *hacker*” (Santos, 2002), busca um modelo alternativo àquele industrial, sedimentado em torno de segredos industriais, direitos reservados e sistemas produtivos rigidamente hierárquicos. Tal direcionamento defende que o conhecimento deva ser visto não como mercadoria, mas como um bem coletivo que, portanto, precisa ser sempre compartilhado. O sistema operacional Linux, de código-

⁴ Weblogs, ou blogs, são páginas pessoais ou coletivas em que são publicados textos curtos [posts] ou imagens, em ordem cronológica decrescente. Nos fotologs, ou flogs, o conteúdo principal é a imagem, que pode ser acompanhada por legendas. Moblogs são blogs ou flogs atualizados via celulares e *handhelds*.

⁵ Sistema que permite a colaboração na produção de conteúdo de um site, com o uso de um *browser* comum e sem a necessidade de conhecer a linguagem HTML.

⁶ O termo “usuário”, provindo da indústria da informática, que se refere aos consumidores de *hardware* ou *software*, é inadequado a esta discussão. O termo “interagente”, que destaca a participação ativa no processo interativo, é aqui preferido.

⁷ Pode-se dizer, no entanto, que a situação não é de todo nova. As câmeras fotográficas portáteis e *camcorders* já vinham viabilizando o fornecimento de fotografias e vídeos. O caso mais emblemático é a gravação em vídeo do espancamento de Rodney King pela polícia de Los Angeles, em março de 2001. O diferencial do cenário atual é a potencialização das formas de captação e circulação de informações noticiosas, resultante das novas tecnologias digitais disponíveis, seu custo inferior, sofisticação e portabilidade.



fonte aberto e desenvolvido cooperativamente, é o principal tótem desse movimento. O processo de desenvolvimento contínuo e cooperado de programas de código aberto tem servido de metáfora para alguns projetos em jornalismo. No contexto jornalístico, alguns projetos e autores adotam o conceito *open source* para designar a construção participativa de notícias. “No jornalismo *open source*, o sujeito que lê é o mesmo que escreve as notícias, compartilhando responsabilidades e tendo no envolvimento pessoal sua principal moeda de troca”, escreve Brambilla (2005, p.6).

A insatisfação com a qualidade do jornalismo entre a audiência — e entre os próprios jornalistas — não é novidade. Ativistas à direita e à esquerda tradicionalmente denunciam a suposta parcialidade e comprometimento da mídia com interesses comerciais. Leitores especialistas em determinado campo, por outro lado, irritam-se com as imprecisões ou erros flagrantes contidos em reportagens. Até agora, estes grupos tinham apenas o instrumento das cartas, telefones ou publicações caseiras para expressar suas opiniões ou publicar matérias como pensam que estas devam ser. Hoje, podem empreender esforços individuais ou coletivos para produzir suas próprias informações.

A produção e circulação de notícias desvinculada de grandes empresas de comunicação e da imprensa oficial, praticada até mesmo por pessoas sem formação em jornalismo, tem também um sentido político, sendo com frequência um instrumento de resistência e ativismo. Os sites de jornalismo participativo OhmyNews e Centro de Mídia Independente (CMI) têm justamente esse caráter em sua gênese.

No início dos anos 80, a Coréia do Sul se viu mergulhada em uma ditadura militar. A liberdade de expressão e os movimentos sociais eram fortemente reprimidos. Na década de 90 começou a redemocratização e três grupos de mídia, todos conservadores, ou seja, comprometidos com o governo federal, passaram a dominar 80% da imprensa. Neste contexto foi criado o OhmyNews, em 2000, com o franco objetivo de defender pontos de vista liberais, sob a defesa já mencionada de que “todo cidadão é um repórter” (Brambilla, 2006, p. 100). O princípio era permitir que os habitantes do país enviassem artigos com informações locais, o que redundava na exposição de problemas ausentes dos outros jornais.

O OhmyNews abalou o jornalismo e as instituições políticas, ao mesmo tempo que atraiu uma enorme audiência por dissolver a tradição do século XX — o modelo de jornalismo como prelecção, em que os órgãos de informação ditavam as notícias aos leitores, e estes compravam ou não compravam — num novo instrumento que sobe da base para a cúpula, é interactivo e é democrático (Gillmor, 2005, p. 132)

Surgido também da base para a cúpula, o CMI (ou *Indymedia*) foi criado por um grupo de ativistas para cobrir as manifestações contra a Organização Mundial do Comércio em Seattle em 1999. Com o sucesso na cobertura feita por voluntários munidos de câmeras e gravadores, o CMI ganhou notoriedade e gerou projetos semelhantes no mundo inteiro, inclusive no Brasil, adotando como slogan uma frase de Jello Biafra: “Don't hate the media, become the media”. Em 2003, novamente, o CMI “furou”⁸ toda

⁸ No sentido do jargão do jornalismo.

mídia norte-americana ao registrar a brutalidade policial durante protestos contra a invasão do Iraque em São Francisco (Gillmor, 2005).

Esse cenário aproxima-se finalmente das apostas de Brecht (2005 [1932]) e Enzensberger (1978) de transformação dos meios de distribuição em meios de comunicação, de abertura dos meios à influência recíproca entre todos os participantes. Enzensberger entende que a separação entre emissor e receptor, que se tenta justificar por questões técnicas, reflete a mesma divisão social do trabalho entre produção e consumo. Segundo o autor, tal polarização “está baseada na contradição essencial entre as classes dominantes e as dominadas (isto é, entre o capital e a burocracia monopolistas de um lado, e as massas dependentes do outro)”. Muitas outras vozes vieram a se levantar defendendo a democratização dos meios de comunicação. Historicamente e em escala global, o controle dos meios massivos e a própria oposição entre produção e consumo sempre interessaram ao Estado e ao capital.

Curiosamente, com o advento da Web — que não pode ser regida por um sistema de concessões e cujos custos de produção e publicação são muito baixos (em comparação ao contexto massivo) —, circulam hoje diversos discursos, na academia e entre os jornalistas, que temem a abertura do webjornalismo. Duvida-se da postura ética dos “cidadãos-repórter” sem conhecimento formal em jornalismo ou que não contem com o respaldo de uma reconhecida instituição jornalística. Ora, o jornalismo profissional e as grandes empresas midiáticas não encontram-se livres de falhas e ações de má fé. Vale recordar apenas dois exemplos recentes desse problema que envolveram instituições reconhecidas internacionalmente: a publicação de diversas matérias forjadas pelo repórter Jason Blair, do New York Times, e a divulgação do âncora Dan Rather, da CBS, de documentos falsos. Neste último caso, a falha foi descoberta devido à participação de “leigos” e seus blogs. No radicalismo daquelas críticas, deixa-se de perguntar o que o webjornalismo participativo pode oferecer para a sociedade.

Diversos são os projetos de imprensa alternativa (de fanzines a rádios livres) que marcam a história do jornalismo e que também foram acompanhados pela polêmica sobre liberdade de imprensa e formação profissional. Conforme mostram Machado et al. (1987), o movimento das rádios livres, que ganhou força nas décadas de 60 e 70 na Europa e na década de 80 no Brasil, fazia uma defesa semelhante àquela do jornalismo participativo: “...deixar que os acontecimentos sejam relatados pelos seus próprios personagens”. Combatia-se o “mito da competência profissional”, segundo o qual o acesso aos canais públicos é definido pelos critérios de autoridade e prestígio, somente, enquanto o “padrão técnico” e o “acabamento esmerado do produto” são celebrados como valores em si. “O mito da competência profissional barra, mais ainda que a censura econômica, o acesso direto das comunidades às mídias” (p. 30-32).

A imprensa alternativa surge toda vez que “o bloqueio da informação por parte do poder obrigou a numerosos grupos formarem seus próprios canais de expressão” (Caparelli, 1986, p. 46). Agora, a situação se inverte: as tecnologias de comunicação abriram os canais de uma forma que se torna muito difícil bloqueá-los, deixando que a informação tenha fluxo livre e quase irrefreável a partir destes grupos. No ciberespaço, as fontes independentes (os cidadãos comuns) ganham espaço sobre as fontes oficiais e

oficiosas, como sugere Gonçalves (2003). Além disso, o internauta tem hoje acesso mais fácil às fontes primárias da informação, podendo tangenciar a mediação do jornalista. Neste contexto, a filtragem ganha importância frente à mediação e emerge a figura do *gatewatcher*, para além do tradicional processo de *gatekeeping*.

2. Gatekeeping e gatewatching no webjornalismo

O webjornalismo tem pouco mais de dez anos, os quais viram pelo menos três gerações ou etapas de desenvolvimento dos veículos noticiosos para a Web, ou webjornais (Silva Jr., 2001; Mielniczuk, 2003). A primeira geração é a da transposição do modelo impresso para as redes digitais. As notícias seguem o padrão de texto e diagramação do jornal tradicional, agregando poucos recursos para interação com o leitor, em geral apenas e-mail e um menu de navegação, mas também fóruns e enquetes. Na segunda geração, alguns elementos específicos da Web passam a ser agregados à notícia online, embora esta continue seguindo o padrão de texto da edição impressa. Porém, passa-se a oferecer recursos de hipermídia, listas de últimas notícias e matérias relacionadas, bem como material exclusivo para a versão online. Já na terceira geração as publicações online incorporaram a hipermídia à produção do texto, aprofundando a hipertextualidade e a multimodalidade permitidas pela convergência das mídias digitais. Passa a ser levada em conta a possibilidade de distribuição do conteúdo para outras plataformas, como telefones celulares e *handhelds*. Ao mesmo tempo, a notícia ganha interconexão para além do material de apoio e menus de navegação.

Esta classificação, que leva em conta principalmente a tecnologia e o produto, dá conta da maior parte dos veículos jornalísticos na Web. Porém, com os recentes desenvolvimentos tecnológicos, outros processos interativos emergem no contexto do webjornalismo e novas questões demandam que alguns conceitos sejam mais uma vez atualizados. É o caso do processo de *gatekeeping*.

Bruns (2003) reconhece inúmeros processos que escapam a essa definição, e passa a denominá-los *gatewatching*. Esse neologismo é criado em oposição à noção de *gatekeeping*, segundo a qual existem “portões” de informação controlados por jornalistas em redações, responsáveis por selecionar quais fatos serão publicados, de acordo com critérios de noticiabilidade. Se o *gatekeeping* faz sentido na análise dos meios de comunicação de massa, no ciberespaço ele tem menor força explicativa:

...online os portões estão nas mãos dos produtores de informação (no limite, qualquer um que publique um website com informação com potencial valor de notícia), bem como nas mãos do usuário final, que navegando pela web age constantemente como seu próprio gatekeeper — mas não necessariamente com as organizações midiáticas de notícias (p.3)⁹ (p.3).

⁹ No original: “...online the gates are now located with the information providers (ultimately, with anyone who publishes a Website with potentially newsworthy information) as well as with the end user, who in navigating the Web constantly acts as their own gatekeeper — but no longer necessarily with the news media organizations.

Devido à quantidade de informação circulando nas redes telemáticas, cria-se a necessidade de avaliá-la, mais do que descartá-la. Não é mais preciso rejeitar notícias devido à falta de espaço, porque pode-se publicá-las todas. Nota-se um deslocamento da coleta de informação para a seleção da mesma. Segundo o autor, assume-se um papel semelhante ao de um bibliotecário. É claro que alguém ainda precisa entrevistar as fontes e analisar dados, e a maioria dos profissionais que lidam com o webjornalismo acabam por assumir ambos os papéis. O *gatewatcher* combinaria funções de bibliotecário e repórter. Do porteiro, passa-se ao vigia.

Isso ocorre porque, ao contrário da mídia de massa, sempre constrangida por limitações técnicas e comerciais dos canais em uso, o que exige equipes profissionais para coletar e fundir informações em uma notícia o mais concisa possível (razão também da emergência do modelo “pirâmide invertida”), o espaço na Web é virtualmente ilimitado. Por outro lado, a própria estrutura hipertextual favorece a referência às fontes primárias da notícia, de modo que o repórter se vê livre da necessidade de condensar todos os dados em sua própria matéria.

Mas, consideradas as três primeiras gerações do webjornalismo (ainda caracterizadas pelo *gatekeeping*) e o processo de *gatewatching* (que caracteriza muitos blogs, por exemplo), o que ocorre quanto os noticiários na Web se abrem para participação ativa de qualquer cidadão na escrita de notícias?

O papel principal do webjornalismo participativo é cobrir o vácuo deixado pela mídia tradicional, como se pode deduzir do exemplo a seguir. O weblog *H2otown*¹⁰ foi criado por uma dona de casa norte-americana em Watertown, subúrbio de Boston. Insatisfeita com o jornal local semanal e a cobertura superficial do *Boston Globe*, maior veículo de sua área, decidiu publicar notícias sobre eventos, acontecimentos e política da comunidade por si mesma. Conforme Williams (2005). “na maior parte das cidades e vilarejos que por acaso estejam a mais de 500 pés de um grande mercado de comunicação, a gente local sofre mais de anorexia midiática do que de sobrecarga de informação. É difícil encontrar boa informação sobre onde você vive¹¹”. Reunindo dados do sistema de televisão a cabo comunitária, informativos de organizações civis, outros blogs e jornais das redondezas, bem como participando de eventos locais, entrevistando concidadãos e autoridades locais, como o presidente do conselho do vilarejo, o projeto, que hoje conta com um número maior de colaboradores, consegue suprir o vácuo deixando pela mídia empresarial, para a qual noticiar eventos “menores” em vilarejos é anti-econômico.

Não se pode deixar de mencionar também o processo de correção de erros divulgados por veículos jornalísticos. Uma informação equivocada em uma revista mensal só poderá ser corrigida na edição do mês seguinte. Essas erratas, normalmente, não têm destaque e não ocupam o mesmo espaço da matéria original. E, como se trata de

¹⁰ <http://h2otown.info/>

¹¹ No original “..in most cities and towns that happen to be more than 500 feet outside a major media market, the local people suffer more from media anorexia than information overload. It’s hard to find good information about the place where you live”.

impresso, a errata pode remeter ao texto anterior, mas naquela matéria não aparecerá, por razões óbvias, uma referência (“link”) para a errata¹². Nesses casos, uma informação com erros em uma revista pode ter um efeito prolongado, e sua correção pode nem ser vista. No webjornalismo, contudo, um erro pode ser corrigido a qualquer tempo no mesmo local onde foi feita a publicação original. Essa matéria pode inclusive ser removida, algo impossível em outros meios. Uma matéria polêmica, tendenciosa ou mesmo falsa pode receber centenas de mensagens de leitores contestando ou retificando os dados recém publicados. E com a possibilidade de escrita hipertextual, as respostas no fórum podem trazer links para outras fontes na web, que aperfeiçoam o tema em discussão. Mas o que diferencia o webjornalismo participativo é a descentralização do processo de correção de informações erradas.

3. O Webjornalismo *participativo*

Antes de analisar-se o webjornalismo quanto às interações que ocorrem durante os processos de leitura, escrita, edição e debate de notícias, é preciso deixar claro como “interação” é aqui entendida. Parte-se do princípio que tanto a leitura de um jornal impresso quanto a audiência de um telejornal são processos interativos. Não se pode dizer que não haja interação, mesmo que não exista uma conversação entre produtores e público. Como lembra Thompson (1998), existe um contraste fundamental entre essas instâncias, que repercute na capacidade de ver e ser visto. De qualquer forma, como o processo interativo não pode ser resumido à interação social (que é um tipo de interação, e não sua única definição), há sempre interação através de veículos jornalísticos. Cabe estudar-se que forma (o aspecto relacional) tem cada processo.

No caso do webjornalismo, a simples navegação por entre as páginas digitais do site já é um processo interativo. No entanto, trata-se de uma **interação reativa** (Primo, 2004), pois cada clique chama uma lexia ou desperta uma função previamente programadas no código. Nos noticiários online fechados à intervenção, o internauta não pode transformar o conteúdo, deixar suas marcas. É um processo interativo, mas cujas trocas encontram-se pré-determinadas no par ação-reação. No que toca o registro de opinião, o recurso de enquete oferece uma das formas mais básicas de participação do público, ainda que as perguntas e alternativas de respostas tenham sido definidas por outrem. Curiosamente, navegação hipertextual e enquetes são o que bastam para um periódico promover sua dita “interatividade”¹³.

Por outro lado, novas formas de participação vêm sendo oferecidas no webjornalismo, chegando ao limite de ampla e irrestrita redação e edição por parte de qualquer pessoa com acesso à rede. Abre-se, assim, espaço para a **interação mútua** (Primo, 2004), na qual o desenvolvimento do processo interativo é negociado entre os participantes. Neste caso, o relacionamento desenvolvido entre os interagentes têm um impacto recursivo sobre a interação, seus participantes e produtos.

¹² Conforme comunicação oral de Suely Frago, em 3 de abril de 2006.

¹³ O uso do termo “interatividade”, provindo da indústria do software, é tão elástico que ele acaba por esvaziar-se sem nada explicar.

Vale agora retomar a definição de Gonçalves (2003, p. 22): “o jornalismo digital inclui todo produto discursivo que re-produz a realidade pela singularidade dos fatos, tem como suporte de circulação as redes telemáticas ou qualquer outro tipo de tecnologia que transmita sinais numéricos e que incorpora a interação com os usuários no processo produtivo”. Mas no webjornalismo participativo, o interagente é integrado ao processo de produção da notícia como nunca antes. Alguns sites noticiosos, inclusive, podem depender totalmente da intervenção dos internautas. Sem a participação ativa de um grupo em interação mútua, esses webjornais não têm qualquer função.

Os termos correntes para designar as notícias, reportagens, peças audiovisuais e imagens produzidas por qualquer interagente e distribuídas no ciberespaço são jornalismo cidadão (*citizen journalism*), jornalismo participativo, *grassroots journalism*, e jornalismo *open source*¹⁴ (isto é, de fonte aberta). As primeiras duas expressões são as privilegiadas por Gillmor (2004), embora ele prefira “jornalismo cidadão”, ou seja, aquele produzido por qualquer integrante de uma sociedade que tenha acesso a informações de interesse público e decida publicá-las, sem necessariamente ter alguma formação técnica em jornalismo.

Este trabalho, por seu turno, prefere adotar termo **webjornalismo participativo**, definindo-o da seguinte forma: práticas desenvolvidas em seções ou na totalidade de um periódico noticioso na Web, onde a fronteira entre produção e leitura de notícias não pode ser claramente demarcada ou não existe.

4. Abertura do webjornalismo à escrita

Já não é preciso repetir que o leitor de hipertextos dispõe de mais controle sobre o quê e quando ler, em comparação com o contexto do impresso. Mas, além da leitura, Landow (1997) aponta que existem ainda outras três formas de acesso e controle: criação de links, escrita e conexão em rede. Pode-se constatar que a maior parte das páginas na Web não permite que os internautas criem novos links ou acrescentem novos textos, comentários ou anotações, ampliando e interconectando ainda mais a rede de informações. Nesses **hipertextos potenciais**¹⁵ (Primo, 2003) os caminhos e movimentos

¹⁴ O jornalismo *open source* tem algumas especificidades em relação ao jornalismo participativo ou cidadão. O movimento open source (ou de fonte aberta) foi criado por programadores e refere-se a todo software desenvolvido, mantido e distribuído coletivamente, em geral por diversas pessoas em pontos geográficos diferentes. É oferecido quase sempre de maneira gratuita e, mais importante, seu código é aberto a qualquer um que queira modificá-lo. O objetivo é diminuir a quantidade de bugs e melhorar a qualidade pelo uso da força coletiva. O mesmo princípio se aplica à noção de jornalismo *open source*: com milhares de colaboradores, os erros seriam mais rapidamente identificados e corrigidos do que em uma redação com número limitado de funcionários. Para saber mais sobre o conceito, ver Brambilla (2006) e Silva Jr. (2004).

¹⁵ Como se encontra em Deleuze (1988) e Lévy (1996), o potencial é um conjunto de possíveis que aguardam por sua realização. O possível seria aquilo que já está completamente constituído, mas permanece no limbo. Isto é, será realizado se não houver interferência. Logo, é exatamente como o real, só lhe faltando a existência. Segundo Deleuze (1988, p.342), o potencial só inspira um *pseudomovimento*, um falso movimento do possível.

possíveis do internauta encontram-se previstos¹⁶. O controle sobre o conteúdo da página e seus múltiplos caminhos alternativos permanecem em poder de um redator, programador ou equipe, que detém a senha de acesso a esses arquivos e ao próprio servidor. Esse é o caso de boa parte dos sites jornalísticos, inclusive de muitos que transcendem o formato transpositivo e que se aproveitam dos diferentes recursos hipermidiáticos. Ou seja, a fronteira entre autoria e leitura permanece.

É bem verdade que diversos sites de webjornalismo buscam oferecer espaços para participação do público, ainda que eles não possam participar da redação e edição de notícias. O recurso mais básico, conforme apontado anteriormente, é a enquete. Contudo, mesmo que se quantifique a opinião dos votantes sobre alguma questão do momento, raramente esse resultado é comentado nas matérias ou se oferece espaço para seu debate. Esse tipo de interação reativa esgota-se em si mesmo. É a utilização do recurso apenas em virtude de sua funcionalidade e facilidade de publicação. Já o fórum, que também foi logo utilizado por alguns periódicos online pioneiros, permite uma interação dialogal. No entanto, a associação do recurso de fórum a uma certa matéria foi abandonada por diversos jornais online, tendo como justificativa a quantidade de mensagens agressivas, publicitárias ou preconceituosas. Por outro lado, em alguns periódicos na Web os debates no fórum são por vezes mais informativos que a própria matéria abaixo da qual ele se encontra. Nesses casos, a notícia serve de mote inicial para a participação dos internautas.

Esses espaços de discussão podem ser apresentados na própria página da notícia ou serem oferecidos em uma sessão do site onde diferentes debates são agrupados. Ainda que o primeiro modelo pareça oferecer melhor contextualização, ambos permitem que o público, se assim o quiser, discuta os textos e até novos dados trazidos por outros interagentes. Essa situação difere bastante do formato massivo, no qual os leitores, em virtude de sua dispersão, não dispõem de um espaço comum para a troca de idéias¹⁷.

Gillmor (2005), contudo, aponta que mesmo quando as grandes empresas jornalísticas se dispõem a escutar seu público, elas tendem a não ultrapassar seus limites¹⁸. O autor vê problemas, por exemplo, em como os fóruns são utilizados: “É freqüente encontrarmos idéias valiosas nos fóruns do New York Times, mas duvido que muitas delas (ou sequer alguma) venham a chegar às mãos dos verdadeiros jornalistas que trabalham na redação deste jornal. Se os jornalistas não tomam parte na discussão, ficam apenas leitores a falar uns com os outros — e para isso não precisam do Times” (p. 120).

¹⁶ Em tempo, o webjornalismo alcança o grau máximo de hipertextualidade potencial no Google News (<http://news.google.com>), onde o noticiário é integralmente produzido de forma automatizada, sem a participação de qualquer sujeito.

¹⁷ Sim, é verdade que mesmo no jornalismo massivo o público sempre pode oferecer feedback (outro termo clássico da teoria informacional) através de cartas, telefonemas ou mesmo pesquisas de opinião. Até mesmo algumas páginas de periódicos podem ser reservados para cartas do leitor. Porém, essa participação sempre foi limitada e filtrada, além de ocorrer através de outros meios. Como o fluxo do processo massivo é predominantemente em sentido único, Thompson (1998) aponta que ele é monológico.

¹⁸ O autor comenta que existe inclusive uma resistência em publicar o endereço de e-mail dos repórteres.

Apesar da importância dos fóruns, que podem prolongar o processo noticioso, este trabalho tem como objetivo principal estudar a escrita participativa de notícias. Quais são, pois, os modelos de abertura de jornais online à escrita coletiva?

Antes, porém, vale discutir-se duas modalidades básicas de escrita coletiva de hipertextos digitais (Primo, 2003). Enquanto o hipertexto potencial, como se viu, ainda mantém a distância entre autores e leitores, no **hipertexto cooperativo** todos os envolvidos compartilham a invenção do texto comum, à medida que exercem e recebem impacto do grupo, do relacionamento que constroem e do próprio produto criativo em andamento. Já o **hipertexto colagem** constitui também uma atividade de escrita coletiva, mas demanda mais um trabalho de administração e reunião das partes criadas em separado do que um processo de debate e invenção cooperada. Nesses casos, uma pessoa ou uma pequena equipe de editores pode decidir o que publicar e trabalhar na organização e gerenciamento das contribuições.

A abertura do sistema hipertextual à escrita de links e textos é, segundo Landow (1997), uma questão política. Em relação à ultrapassagem da mera navegação, permitindo que o internauta possa escrever, anotar, revisar e discutir documentos, o autor afirma: “Enquanto qual leitor tiver o poder de entrar no sistema e deixar a sua marca, nem a tirania do centro nem aquela da maioria pode impor-se”¹⁹ (p. 281). Com essa postura, Landow entende que o problema da hipertextualidade levanta questões políticas sobre poder, status e mudança institucional. Se Landow está certo, os projetos de webjornalismo participativo podem de fato dar força às mais diferentes vozes, o que certamente produz efeitos no embate político.

Esclarecida a perspectiva deste trabalho sobre interação e hipertextualidade, quer-se agora apresentar diferentes modalidades de abertura de webjornais à escrita participativa de notícias.

Um dos projetos de webjornalismo participativo mais conhecido, sendo muito influente entre os que procuram informações sobre tecnologia informática, é o Slashdot²⁰. Diariamente são publicadas cerca de 20 notícias, escolhidas por diversos editores dentre as inúmeras colaborações submetidas por internautas. Seguindo o modelo *gatewatching*, e funcionando com um grande fórum, cada tópico/notícia consiste em cerca de um parágrafo resumindo uma ou mais notícias encontradas na Web, contendo links para as fontes originais. O que mais se destaca no site é a grande quantidade de comentários que os interagentes fazem sobre cada tópico. Ou seja, os frequentadores desse site buscam não apenas uma fonte de informações, mas principalmente um espaço de discussão, que conta com a freqüente contribuição de “celebridades” da área de tecnologia.

Enquanto o Slashdot é um veículo segmentado, o sul-coreano Ohmy News²¹, em sua versão internacional, busca ser um webjornal de cobertura mundial. Qualquer pessoa pode cadastrar-se no site (fornecendo dados pessoais e cópias de documentos) e

¹⁹ No original: “As long as any reader has the power to enter the system and leave his or her mark, neither the tyranny of the center nor that of the majority can impose itself”.

²⁰ <http://slashdot.org/>

²¹ <http://english.ohmynews.com/>

enviar reportagens acompanhadas de áudio, vídeo ou foto. Diferentemente de outros projetos participativos, as notícias são editadas por uma equipe de jornalistas profissionais. Cada colaborador recebe um valor simbólico, caso a notícia que submeteu seja publicada. Os leitores têm um espaço para comentários e podem enviar e-mails diretamente aos autores.

Outro projeto de webjornalismo participativo, o Wikinews²² é baseado no modelo Wiki, em que todo interagente pode publicar textos ou editar as contribuições dos outros, usando para isso apenas um *browser* comum. Ou seja, no Wikinews qualquer pessoa pode publicar notícias e editar aquelas publicadas por outros colaboradores. O internauta que identifica um erro ou acredita ter alguma informação a mais pode modificar o texto original da notícia, fazendo correções ou acréscimos²³.

Vale apontar que interesses mercadológicos aparecem como motivação para algumas empresas midiáticas que já exploram o webjornalismo abrirem espaços para a intervenção de seu público-alvo. A dimensão publicitária (que acompanha a história da produção jornalística) pode inclusive anteceder o propalado ideal de se aperfeiçoar a qualidade e alcance do noticiário. Revela-se portanto uma postura estratégica que busca ampliar o público-consumidor, e diante disso, criar novos espaços publicitários. Com maior envolvimento do internauta com o noticiário, incrementa-se seu tempo de contato com a interface do periódico e seu retorno ao site. Sem a relação contratual de assinatura, tradicional no jornalismo impresso, a empresa jornalística reconhece nos espaços de intervenção um novo e rentável produto. Ou seja, havendo demanda crescente e recorrente a essas páginas, elas ganham importante valor de venda a anunciantes, interessados em posicionar suas mensagens publicitárias em espaços de trânsito intenso. Eis a faceta comercial de práticas de webjornalismo participativo. Maior envolvimento com a notícia, maior valor de venda desses espaços.

No Brasil, a Agência Estado abriu o espaço “FotoRepórter”²⁴ para a publicação de imagens fotógrafos amadores munidos de câmeras digitais e celulares. Se um cidadão julga ter fotografado alguma cena importante, pode enviar as fotos para esse banco de dados e, caso elas sejam vendidas a outros veículos ou publicadas nos jornais do grupo Estado de São Paulo, receber pagamento. O Portal Terra, por sua vez, abriu em fevereiro de 2005 o canal “vc repórter”²⁵, em que incentiva a audiência a enviar fotos e informações de interesse jornalístico. O conteúdo pode ser enviado por e-mail ou pelo celular. Com isso, as empresas expandem sua oferta de produtos relativamente sem custo algum. Já o público pode ser melhor servido, pois uma rede de cidadãos pode cobrir uma

²² <http://www.wikinews.org>

²³ Toda página do Wikinews oferece um botão “edit”. Clicando-se ali, o interagente pode modificar o texto da notícia ou página em questão, acrescentar links e multimídia através de formulários de fácil utilização. Ao clicar “save”, a nova versão é publicada e a antiga entra em um histórico que registra as versões anteriores. Através desse último recurso pode-se reverter a notícia para uma versão antiga em caso de vandalismo ou erros.

²⁴ <http://www.estadao.com.br/imagens/fotoreporter/index.htm>

²⁵ <http://www.terra.com.br/vcreporter/>.

vastidão de espaços e uma quantidade de eventos de que uma equipe reduzida de profissionais não poderia dar conta.

Os interesses políticos também reconhecem um valor estratégico no webjornalismo participativo. O Centro de Mídia Independente²⁶ apresenta-se como uma agência de notícias aberta e gratuita com foco nos movimentos sociais de esquerda. O objetivo é “oferecer ao público informação alternativa e crítica de qualidade que contribua para a construção de uma sociedade livre, igualitária e que respeite o meio ambiente” e “dar voz a quem não têm voz, constituindo uma alternativa consistente à mídia empresarial que frequentemente distorce fatos e apresenta interpretações de acordo com os interesses das elites econômicas, sociais e culturais”²⁷. Qualquer internauta pode colaborar com textos, vídeos, áudios ou imagens. Para isso, basta cadastrar título, dados pessoais e texto no sistema e gravá-lo. Também há espaço para comentários dos leitores.

Enfim, pode-se agora avaliar os tipos de hipertexto oferecidos pelos sites citados quanto a sua abertura à escrita participativa. No Wikinews e OhmyNews se tem claramente um hipertexto cooperativo, visto que ou o autor precisa negociar seus textos com o editor, como no último, ou com todos os outros colaboradores, como no primeiro. Já o Slashdot e o CMI estariam mais próximos do hipertexto colagem, pois cada autor escreve independentemente seu texto, que posteriormente é publicados junto a outros textos escritos independentemente. O caso Slashdot pode, no entanto, ser problematizado, pois nele os comentários, inclusive com a sugestão de novos links e fontes, são mais importantes que o tópico inicial e se tornam uma parte integrante de um grande texto, revelando-se pois um hipertexto cooperativo.

5. Edição e moderação

Esta seção pretende avaliar se e como são editadas as notícias publicadas em sites de webjornalismo participativo. Como se verá, esse processo pode ser centralizado por um ou mais jornalistas, ter apenas caráter de moderação exercido por um grupo de colaboradores (onde o que importa não é a formação, mas sim o histórico de participação no projeto), ou simplesmente não existir, isto é, cada texto é publicado instantaneamente sem que seja avaliado por outro parceiro.

No OhmyNews, o texto é escrito por qualquer “cidadão repórter”. O poder de decidir sobre a publicação, no entanto, continua com o jornalista lotado na redação, que pode recusar matérias caso o repórter não queira fazer as mudanças que julgar necessárias. O editor analisa as pautas, checa as informações e corrige o estilo do texto, mantendo uma negociação com o autor da matéria, até chegar a um consenso sobre formato. A moderação neste caso é centralizada.

O Slashdot adota um sistema de moderação compartilhada (Martins, 2006). O software sorteia randomicamente 400 moderadores por vez entre os leitores cadastrados. Estes podem votar na relevância de cada comentário relacionado ao tópico em questão,

²⁶ <http://www.midiaindependente.org/>.

²⁷ <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/static/about.shtml>.



com valores entre -1 e +5. Os critérios para escolha dos moderadores são antigüidade, assiduidade e qualidade das contribuições. A tarefa dura três dias. Estes moderadores são monitorados por “metamoderadores” escolhidos entre os mais antigos participantes do fórum, que decidem se as avaliações foram justas ou injustas. Ao mesmo tempo, cada moderador — ou seja, cada participante registrado — é avaliado no sistema conhecido como “carma”, em que entram em jogo tanto a quantidade e qualidade da participação nas discussões, quanto a qualidade das avaliações feitas sob papel de moderador ou metamoderador. Colaboradores que tenham seu carma avaliado como “ruim” ou “terrível” não podem participar da moderação ou metamoderação.

O objetivo de todo este sistema é tanto garantir que nenhum colaborador atrapalhe a discussão, quanto impedir que moderadores façam avaliações injustas. Além do mais, a pontuação dos comentários entre -1 e +5 é útil para o leitor, pois pode-se escolher o nível de qualidade desejado ao visualizar a discussão: no mais baixo, aparecem todos os comentários a um tópico e no mais alto, apenas aqueles de maior qualidade. Assim, o número de comentários que aparecem na tela pode variar entre milhares e umas poucas dezenas.

O Wikinews não conta com moderação. Os colaboradores são deixados à vontade para publicar notícias ou intervir nos textos publicados por outros. Cada notícia tem um histórico de modificações e pode ser revertida para versões anteriores, em caso de algum interagente acrescentar erros ou distorções, ou ainda quando há vandalismo. A maior parte do trabalho de verificação e correção é feita pelo conjunto dos colaboradores, todos na mesma posição hierárquica. Existem administradores de sistema para cada língua em que exista uma versão do Wikinews, mas seu papel é principalmente manter as ferramentas funcionando ou intervir em casos extremos de vandalismo. Se algum internauta estragar notícias de forma recorrente, pode ter seu acesso ao Wikinews bloqueado. No entanto, a política dos sistemas Wiki em geral é corrigir os problemas e esperar que os vândalos se cansem.

No CMI, ao contrário, a moderação é centralizada. Comitês editoriais escolhidos entre colaboradores que se voluntariam para a função fazem o papel de moderadores. No entanto, eles não intervêm diretamente nos textos. Ou os artigos são aceitos como estão, ou são enviados para a seção “artigos escondidos”. Os comitês editoriais também decidem quais artigos ganharão destaque na coluna central do site, enquanto outros ficam em uma lista de notícias na coluna lateral direita.

6. Considerações finais

A diferença principal do jornalismo tradicional e do webjornalismo participativo está em contar com interações mais profundas **com** e **entre** os colaboradores. A rigor, sem tal participação, Wikinews, CMI, Slashdot ou OhmyNews não se realizam. Veículos tradicionais, embora possam obter vantagens com a interação com o leitor, não dependem necessariamente desse processo para a produção de seus produtos jornalísticos, visto que contam com assinatura de agências de notícias e equipes de repórteres dedicadas à elaboração de material original.



Em vez de um sistema produtivo de raízes fordistas, adotado pela comunicação de massa, o webjornalismo participativo pode trabalhar tanto com um processo auto-organizado (como no Wikinews) quanto com uma estrutura hierárquica mínima (Ohmy News, por exemplo).

Pode-se perguntar qual é a principal vocação do webjornalismo participativo: noticiário internacional, sobre um certo bairro ou um tema específico? Permitir que qualquer interagente intervenha nas notícias a todo momento? Como se viu, diversas são as estratégias que vêm sendo adotadas. Enquanto o Ohmy News fecha a matéria após sua publicação, o Wikinews prefere deixá-la aberta à intervenção de outros interagentes, seguindo o mesmo modelo da Wikipédia²⁸. Deve-se observar, contudo, que a temporalidade do verbete de uma enciclopédia difere daquela de uma notícia. Enquanto o primeiro pode despertar um interesse contínuo, notícias de dias anteriores atraem muito menos atenção que uma notícia recente. Em virtude disso, observa-se uma maior participação no aperfeiçoamento do texto coletivo na Wikipédia do que no Wikinews. Outra questão seria sobre o alcance dos noticiários escritos coletivamente. Os dois exemplares recém citados buscam oferecer notícias de abrangência mundial. Já o H2otown trabalha apenas com notícias da pequena cidade de Watertown²⁹. O Slashdot, por sua vez, afirmou-se como uma das principais fontes de notícias e debates sobre um tema específico: tecnologia. Neste cenário, outra questão que pode emergir é sobre em qual desses segmentos ou estratégias o repórter-cidadão pode melhor contribuir para preencher as lacunas deixas pelo jornalismo massivo.

E quanto a valores como imparcialidade e objetividade, que são ainda defendidos no contexto massivo e nas escolas que formam profissionais para o jornalismo tradicional? Ora, o pequeno número de periódicos impressos ou emissoras de rádio e televisão parecem justificá-los. Já na Internet, com tamanha oferta informacional e com o espaço de publicação praticamente infinito, cresce a demanda por materiais que vão além do mero relato. Nesse sentido, mais uma vez insiste-se que o webjornalismo participativo não é uma ameaça ao jornalismo tradicional ou ao próprio webjornalismo e sim mais uma opção na oferta de notícias, e que cria novo relacionamento dos sujeitos com o noticiário.

Este artigo recusa também qualquer sugestão sobre a obsolescência do jornalista profissional. Mesmo que hoje a tecnologia permita a todas as pessoas com acesso a um computador e à Internet publicar informações ou buscá-las direto nas fontes, não apenas não é inevitável, como é muito pouco provável que todos venham a fazê-lo. Cabe a ressalva de Dominique Wolton frente ao ufanismo em favor da oferta ilimitada de informação: “ninguém quer brincar de editor chefe todas as manhãs”³⁰. Já tomadores de decisão, por sua vez, não podem se basear somente em informações publicadas por internautas, muitas vezes anônimos. Além disso, como lembra Gillmor (2005), alguns esforços de reportagem só podem ser financiados por empresas com recursos para manter equipes de repórteres em campo, investir em equipamento, em transporte, bem como em

²⁸ Enciclopédia online aberta que usa o mesmo software Wiki: <http://www.wikipedia.org>

²⁹ Em 2004, a população de Watertown era de 32.603 habitantes.

³⁰ Entrevista a Catherine Mallaval. *Libération*. 20/21 de março de 1999. Disponível em: <http://www.nettime.org/Lists-Archives/nettime-l-9908/msg00118.html>

honorários jurídicos. É o caso de coberturas como as de guerras, em que é necessário enviar correspondentes, ou de grandes escândalos de corrupção.

Na verdade, o webjornalismo participativo abre um novo campo de atuação aos jornalistas profissionais, como a edição de textos enviados por colaboradores, conforme ocorre no Ohmy News. Outro papel que pode ser apontado é no ensino das técnicas jornalísticas aos cidadãos interessados em participar de reportagens colaborativas, prática adotada por alguns projetos do CMI. Outros jornalistas podem preferir a mesma estratégia descrita por Capparelli (1980) quanto à imprensa alternativa, criando suas próprias publicações. O repórter Christopher Albritton, por exemplo, criou o weblog “Back in Iraq”³¹, para fazer uma cobertura independente do conflito no Oriente Médio. Prometendo uma cobertura diferenciada, levantou US\$ 10 mil em doações de leitores para viajar ao Iraque e publicar textos sobre o assunto.

As corporações de mídia vêm aprendendo a conviver com uma audiência munida de meios para encontrar e publicar por si mesma a informação, o que a longo prazo promete benefícios para as redações. Primeiro, erros e manipulações serão desestimulados pela perspectiva de que sempre haverá algum leitor disposto a desmascará-los. Segundo, os profissionais poderão se valer desta disposição da audiência em ajudar. Gillmor (2005) propõe que o jornalismo se transforme de uma palestra do profissional, detentor da verdade, em seminário entre ele e a audiência. E avisa:

Tudo se resume algo de muito simples: os leitores (ou telespectadores, ou ouvintes) sabem mais do que os profissionais dos *media*. Uma verdade por definição: eles são muitos e nós, nas mais das vezes, somos um só. Precisamos de reconhecer o que é óbvio e, no melhor sentido da palavra, valer-nos dos conhecimentos deles. Se o não fizermos, mal os nossos antigos leitores verificarem que não têm de contentar-se com informações mal cozinhadas, poderão decidir ir em eles mesmos para a cozinha (p. 119).

O webjornalismo participativo, contudo, vive apenas seus primeiros momentos. Tendo em vista as promessas e riscos associados ao fenômeno, valem os esforços de acompanhamento e análise da evolução e contribuição social desse processo.

7. Referências Bibliográficas

1. BRAMBILLA, Ana M. **A reconfiguração do jornalismo através do modelo *open source***. Sessões do Imaginário, Porto Alegre - RS, n. 13, p. 87-94, 2005.
2. BRAMBILLA. **Jornalismo *open source*: discussão e experimentação do *OhmyNews International***. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, UFRGS, 2006.

³¹ <http://www.back-to-iraq.com>



<http://www.ufrgs.br/limc>

3. BRECHT, Bertolt. "Teoria do Rádio". In: MEDITSCH, Eduardo. **Teorias do rádio: textos e contextos**. Vol. 1. Florianópolis: Insular, 2005.
4. BRUNS, Axel. "Gatewatching, not gatekeeping: collaborative online news". Media International Australia, n. 107, pp. 31-44, 2003. Disponível em: <http://eprints.qut.edu.au/archive/00000189/>.
5. CAPPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo: Cortez, 1980.
6. SANTOS, Francisco Coelho dos. **Peripécias de agosto: alguns episódios da cena hacker**. Fronteiras, São Leopoldo - RS, v. IV, n. 2, p. 79-101, 2002. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/tics/2002/textos2002.html>.
7. DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
8. ENZENSBERGER, Hans M. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1978.
9. GILLMOR., Dan. **Nós, os media**. Lisboa: Presença, 2005.
10. GONÇALVES, Elias Machado. **O ciberespaço como fonte para os jornalistas**. Salvador: Calandra, 2003.
11. LANDOW, George. **Hypertext 2.0: The convergence of contemporary theory and technology**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1997.
12. LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.
13. LÉVY, Pierre. **Que é o virtual?** São Paulo: 34, 1996.
14. MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. **Rádios Livres: a reforma agrária no ar**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
15. MARTINS, Beatriz C. **Cooperação e controle na rede: um estudo de caso do website Slashdot.org**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura), Escola de Comunicação, CFCH, 2006.
16. MIELNICZUK, Luciana. "Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na Web". In: MACHADO, Elias, PALACIOS, Marcos. **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Calandra, 2003. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/estudos2003.htm>.
17. PRIMO, Alex. Enfoques e desfoques no estudo da interação mediada por computador. In: BRASIL, André; FALCI, Carlos Henrique; JESUS, Eduardo de; ALZAMORA, Geane (Orgs). **Cultura em fluxo: novas mediações em rede**. Belo Horizonte: Pucminas, 2004.p. 36-57.



<http://www.ufrgs.br/limc>

18. PRIMO, Alex. Quão interativo é o hipertexto? Da interface potencial à escrita coletiva. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, v. V, n. 2, p. 125-142, Dez. 2003. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/quao_interativo_hipertexto.pdf>.
19. PRIMO, Alex; RECUERO, Raquel. Hipertexto Cooperativo: Uma Análise da Escrita Coletiva a partir dos Blogs e da Wikipédia. **Revista da FAMECOS**, n. 23, p. 54-63, Dez. 2003. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/hipertexto_cooperativo.pdf>
20. SILVA JR., José Afonso. **A relação das interfaces enquanto mediadoras de conteúdo do jornalismo contemporâneo**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2001. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt>. Último acesso em: 10/3/2006.
21. THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.
22. WILLIAMS, Lisa. **If I Didn't Build it, They Wouldn't Come: Citizen Journalism is Discovered (Alive) in Watertown, MA**. Pressthink, 14 de novembro de 2005. Disponível em: http://journalism.nyu.edu/pubzone/weblogs/pressthink/2005/11/14/lw_h2tn.html. Último acesso: 10/3/2006.